

Bolsa Família e “portas de saída”: reflexões a partir da fala de beneficiários do município de Campinas (SP)

André Pires¹

Marcela Bruna Nappi Alvares²

PUC-CAMPINAS

Resumo:

Este artigo busca analisar as estratégias familiares e individuais de beneficiários selecionados do Programa Bolsa Família (PBF), residentes em Campinas (SP), para obtenção de emprego e renda. Num primeiro momento, trataremos das definições sobre o que é “portas de saída” presentes no desenho institucional do PBF, para depois analisar como este conceito é tratado em alguns trabalhos acadêmicos para finalmente chegar às concepções dos próprios beneficiários. Na seqüência, buscaremos evidenciar as estratégias das pessoas entrevistadas para sair da situação de pobreza e se o PBF tem auxiliado nessa busca de acordo com suas próprias visões.

Palavras-chave:

Políticas Públicas – Políticas Sociais – Combate à pobreza – Programas de transferência de Renda – Programa Bolsa Família – Campinas

Abstract:

This article explores individual and family strategies to obtain income and employment from some interviewed, living in Campinas (SP), enrolled at Federal Conditional Cash Transfer Program (Bolsa Família). At first, we will address the definitions of "exit doors" presents in the institutional design of this policy, and then analyze how this concept is treated in some academic work to finally get to the views of the interviewed themselves. After, we will seek to highlight the strategies of the interviewed to exit from poverty and if the Bolsa Família program PBF has helped according to your own views.

Keywords:

Public Policies – Social Policies – Poverty – Conditional Cash Transfers Programs – Bolsa Família Program – Campinas.

Introdução

Este artigo se baseia na pesquisa de iniciação científica realizada entre os anos de 2009 e 2010 cujo principal objetivo foi analisar a importância do Programa Bolsa Família (PBF) para as práticas de sobrevivência dos beneficiários do município de Campinas (SP) de acordo com suas próprias visões. Para tanto, foram analisadas as estratégias familiares e individuais de beneficiários selecionados para a obtenção de emprego e de renda a partir das seguintes questões: será que a participação do Programa Bolsa Família criou de fato condições para que as pessoas consigam sair da situação de pobreza? A participação no Programa possibilitou um conjunto de fatores para que estas possam dizer não a trabalhos mal remunerados e ampliar a sua inserção como cidadão? Quais foram as estratégias familiares para a geração de renda além da participação no Bolsa-família. Um pressuposto que orientou a investigação foi que a questão da pobreza e da vulnerabilidade não devem ser consideradas somente pelo aspecto econômico, mas devem ser levados em conta também as condições de trabalho e o papel que os indivíduos consideram possuir dentro da sociedade.

Para compreender a percepção dos destinatários sobre as questões relacionadas a “portas de saída”, foram realizadas quatorze entrevistas junto aos responsáveis por receber o benefício entre 2009 e 2010. Os beneficiários selecionados eram pessoas que já estavam recebendo o auxílio do programa ou que estavam com o benefício cancelado há pouco tempo. O tempo estimado de cada entrevista foi aproximadamente quarenta e cinco minutos, sendo que estas foram realizadas na residência do próprio entrevistado (a) ou no Centro de Apoio ao Trabalhador (CPAT), local administrado pela Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social (SMCTAIS) da Prefeitura de Campinas onde são realizados os atendimentos das pessoas que participam do Programa, tal como cadastramento, resolução de problemas com o benefício entre outras demandas³. As idades dos entrevistados e entrevistadas variam entre vinte e três anos (a mais nova) e cinquenta e três anos (a mais velha). A maioria das pessoas entrevistadas era mulher (dois homens e doze mulheres). Os entrevistados residem em bairros na periferia da cidade de Campinas, tais como Jardim Anchieta, Oziel, Jardim Itatiaia, Jardim São Fernando, entre outros.

As composições familiares dos beneficiários entrevistados são as seguintes: quatro famílias monoparentais chefiada por mulheres e dez famílias conjugais (pai/marido, mãe/esposa e filhos)⁴. Vê-se, portanto, que o número de famílias nucleares supera a de outros tipos de arranjos.

Este artigo está dividido em três partes, além da introdução. Na primeira trataremos das definições sobre o que é “portas de saída”. Iniciaremos com as definições sobre “portas de saída” presente no desenho institucional do PBF, para depois analisar como este conceito é tratado em alguns trabalhos acadêmicos para finalmente chegar às concepções dos próprios beneficiários. Na segunda parte, buscaremos evidenciar as estratégias das pessoas entrevistadas para sair da situação de pobreza e se o PBF tem auxiliado nessa busca de acordo com suas próprias visões. A intenção é analisar como os beneficiários da cidade de Campinas

lidam com um dos aspectos do programa, que é o de retirar e interromper o ciclo da pobreza das famílias, ou seja, fazer com que as famílias sejam capazes de sair da vulnerabilidade em que vivem e que para ela não retornem. No final, sintetizaremos nossas observações nos comentários finais.

“Portas de saída”

A promulgação da Constituição Brasileira de 1988 representou um avanço no âmbito do sistema de proteção social brasileiro e um primeiro passo para a efetivação das políticas sociais de transferência de renda. Com a abertura política, com a emergência de novos movimentos sociais, com os processos de reestruturação dos partidos e dos sindicatos, são criadas condições que permitem reivindicações no âmbito dos direitos sociais e uma ampliação da concepção de cidadania. Todavia, a década de noventa apresentou seu revés. Em parte por uma reação em função da ampliação dos direitos sociais garantidos pela Constituição de 1988, em parte pela adoção de ideais neoliberais que passam a redirecionar a atuação do Estado, os anos 90 marcam o entendimento de que os direitos sociais, ampliados pela Constituição, são um empecilho para a inserção do Brasil na economia internacional. De fato, este juízo justificou uma série de reformas econômicas, no Estado e em seu Sistema de Proteção Social, em nome de uma maior eficiência e competitividade. Podemos mencionar, nesse sentido, as privatizações ocorridas na década de noventa e as reformas da Previdência, da Legislação trabalhista dentre outras ocorridas no período. No plano da proteção Social, o Estado passou a focalizar cada vez mais a sua atuação, deixando de lado o horizonte aberto pela Constituição rumo à universalização dos direitos. Chega-se, portanto, no anos 90 com um Sistema de Proteção Social em pleno desmonte, marcado por superposição de objetivos, competências, clientela-alvo, descontinuidade de programas, apenas para ficar nos aspectos mais conhecidos do problema. Tal como foi salientado, *“os anos 1990 representam um período de profunda contradição no campo do bem-estar social no Brasil. Tem-se, de um lado, um avanço no plano jurídico-institucional, representado, sobretudo, pelo estabelecimento da Seguridade Social, enunciados na Constituição Brasileira de 1988. De outro lado, tem-se, no plano da intervenção estatal no social um movimento orientado por posturas restritiva, com a adoção de critérios cada vez maiores de rebaixamento do corte de renda para fixação da linha de pobreza”* (Silva, Yasbek, & Di Giovanni, 2007, p. 26). É nesse contexto histórico da formação e implantação do sistema de proteção social brasileiro que devemos considerar a efetivação do principal programa em andamento de transferência de renda do governo Federal, o Bolsa-Família, o qual será objeto de análise neste artigo.

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda federal que surgiu em 2003 a partir da unificação de uma série de programas anteriores, tais como Bolsa Escola, Bolsa-Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação. Trata-se de um programa focalizado no atendimento aos mais pobres, uma vez que seu desenho institucional prevê o atendimento às famílias cuja renda familiar per capita não supere o patamar de R\$ 140,00, e pressupõe o cumprimento de algumas condicionalidades por parte dos que dele participam.⁵

Num trecho retirado do sítio institucional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) podemos notar alguns aspectos relacionados ao que vem a ser “portas de saída” na visão dos formuladores do Programa.

“O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade” (Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome)

Vemos, em primeiro lugar, que a transferência direta de renda visa promover o alívio imediato da pobreza. Já a saída da condição de pobreza e vulnerabilidade dar-se-á pelos dois outros eixos, quais sejam, o acesso a serviços públicos (como saúde e educação), sobretudo para os filhos dos beneficiários por meio das condicionalidades do programa, e pelos programas complementares. Estes últimos, que reúnem programas para alfabetização de adultos, qualificação e inserção profissional, formação de microempreendimentos, concessão de microcrédito, estratégias de apoio à aquisição, construção ou reforma de unidade habitacional, entre outros, visam à qualificação do próprio beneficiário. Vê-se então que em relação às “portas de saída” pode-se notar dois sentidos. O primeiro diz respeito ao alívio da situação de pobreza, ou extrema pobreza pelo ingresso no Programa. O segundo sentido é o de porta de saída do próprio Programa ou da condição de pobreza por meio de acesso a políticas públicas.⁶

É possível notar, neste desenho de Política Social, que as ações do PBF são pautadas por concepções de justiça redistributiva que estariam presentes em duas dimensões temporais, de curto e longo prazo. Nesta perspectiva, como já notou Amélia Cohn (Cohn, 1995) há mais de 15 anos, são conjugadas políticas focalizadas (distribuição de renda) e universais (como políticas de educação e saúde). As ações focalizadas, como a transferência de renda para o alívio imediato da pobreza, teriam um caráter mais imediato. Já as condicionalidades e os programas complementares, de caráter permanente, serviriam para garantir de forma mais equânime o acesso dos beneficiários e seus filhos a serviços públicos fundamentais, como educação e saúde, e assim contribuir para romper com a pobreza do ponto de vista intergeracional.

Para os formuladores do PBF, a porta de saída, compreendida como emancipação em relação ao Programa, passa pela interação entre várias políticas públicas e não somente a transferência de renda, a partir de então é possível compreender a importância do Conselho Gestor Interministerial. O papel do Conselho vai ao encontro da preocupação com “portas de saída”, para os formuladores do Programa, que tem em seu próprio desenho uma preocupação em ativar programas de alfabetização, apoio à agricultura familiar, capacitação profissional, geração de ocupação e renda e microcrédito; a criação de outros Programas que atuem nesse

sentido deixa clara a intenção de emancipar as famílias, fazendo com que elas não se tornem dependentes do benefício por toda a vida. (CARTILHA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, 2003: 2)

Ao tratarmos da resistência que muitos possuem em relação aos Programas de transferência de renda, nota-se que isso ocorre devido principalmente à visão de que o benefício poderia ser concedido em troca de “nada”, essa opinião pôde ser notada inclusive durante as entrevistas, como se percebe no trecho transcrito abaixo, em que a beneficiária foi questionada se ela considerava correta a exigência do cumprimento de condicionalidades para participar do Programa.

E você acha que é certo?

Ah! Eu acho que sim, pra poder “tá” acompanhando né... a escolaridade da criança, caso de saúde. Porque tem muita gente que assim, “venha a nós o vosso reino nada” ,que não tem compromisso entendeu?(Entrevistada, 29 anos)

Os órgãos responsáveis pelo acompanhamento do Programa, notadamente as prefeituras, passam a ter o compromisso com aqueles que seguem de forma fidedigna as exigências, além de gerar a sensação de reciprocidade as condicionalidades auxiliam na legitimidade do Programa, pois, gera a sensação de que o benefício não está sendo oferecido de graça, mas em contrapartida ao cumprimento de exigências.

Ainda sobre a importância que o governo federal dá ao PBF em relação à saída da situação de pobreza ou extrema pobreza pode-se destacar a pesquisa nacional realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas –IBASE- (Ibase, 2008) sobre a questão da segurança alimentar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família. De acordo com os estudos do Ibase, a segurança alimentar não é garantida pelo Programa, porém é inegável que as famílias obtiveram aumento na capacidade de adquirirem alimentação suficiente e adequada, ou seja, o PBF modificou a alimentação presente nos lares brasileiros, aumentando a quantidade de alimentos consumidos e a variedade dos mesmos. Outra constatação do relatório sobre segurança alimentar realizado pelo Ibase foi que as mudanças mais significativas, referentes à aquisição de alimentos, variam de acordo com a renda per capita de cada família e que as principais mudanças ocorreram com as famílias mais pobres. Em resumo, o relatório citado acima afirma que a renda regular adicional modificou a relação das famílias beneficiadas com o consumo alimentar, isso é notado quando se percebe que aquelas famílias que não tinham sequer condições de adquirir alimentação básica passaram a possuí-la, aquelas que já podiam comprar o básico passaram a consumir alimentos “complementares” (frutas, verduras, legumes, produtos industrializados, entre outros) e a aquisição de alimentos de “luxo” marcam a possibilidade de uma ruptura definitiva com as condições de extrema pobreza. Esta pesquisa identificou também um importante dilema relacionado à alimentação.

“O fato de as mulheres serem em sua totalidade as titulares do programa e usarem os recursos de forma importante com alimentação, particularmente em itens de demanda das crianças, tem trazido também dilemas no que se refere à promoção de uma alimentação saudável no âmbito familiar. A tarefa de atender aos desejos do(as) filho(as) ou negá-los fica a cargo da mãe, num processo decisório que pode ser perverso. Muitas mulheres, apesar de não considerarem determinados alimentos saudáveis, relatam dificuldades em negar esse desejo(as) ao(às) filho(as), que já têm tantos outros desejos negados” (Ibase, 2008, pp. 75-76)

Sobre a relação com o consumo das famílias beneficiadas podemos citar também o trabalho de Anete Brito Leal Ivo (Ivo, 2008), que trata da questão social no Brasil a partir de políticas de transferência de renda. Neste texto foi destacado que em regiões metropolitanas os gastos destinados ao dinheiro do PBF têm um aspecto mais complementar, já nas regiões rurais o benefício tem um importante papel de acesso à renda, ou seja, os beneficiários utilizam o dinheiro para o plantio e criação de animais; mesmo com essa diferença quanto à utilização do dinheiro do Programa a autora relata que a maior parte do uso do benefício é destinada para alimentação, vestuário e material escolar.

A questão das “portas de saída” é tratada também em trabalhos acadêmicos que visam analisar as condições de vulnerabilidade e pobreza de algumas sociedades. Um exemplo é a obra de Lúcio Kowarick (Kowarick, 2009), *“Viver em Risco”*, que fala sobre a situação de vulnerabilidade socioeconômica e civil das populações pobres. Para o autor, a vulnerabilidade socioeconômica diz respeito principalmente a situações degradantes, como a deficiência ou até mesmo ausência de direitos básicos, como saúde, saneamento, educação e moradia. Quanto à vulnerabilidade civil, a obra trata da desproteção e sujeição a todo tipo de violência pela qual as famílias pobres passam, seja por parte de bandidos como também da própria polícia. De acordo com o autor, a situação de vulnerabilidade e sua superação, no Brasil, são questões muito complexas, pois no país a pobreza está ligada aos aspectos econômicos, mas também é muito marcante a ausência de direitos básicos. Além dos fatores mencionados sobre a vulnerabilidade no Brasil, o autor destaca que esse sentimento de fragilidade social e econômica está associado também às condições de moradia, um exemplo é a situação daqueles que residem em favelas, estes ficam expostos a toda sorte de contaminações, já que o saneamento é inadequado, e sentem-se rebaixados pela sociedade, pois ali se configura a visão de haver apenas marginalidade, vagabundagem e criminalidade.

Podemos inferir que para Kowarick uma “porta de saída” para a situação de pobreza é perceber que a vulnerabilidade não é apenas econômica, mas passa também, por exemplo, pelo reconhecimento dos indivíduos como cidadãos, ou seja, as pessoas necessitam serem reconhecidas como membros importantes da sociedade em que vivem e capazes de serem responsáveis pela manutenção da própria sobrevivência.

Tal visão também é compartilhada pelo *presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Francisco Menezes*. (Menezes, 2006). Como “portas de saída” o presidente do Consea afirma que a primeira etapa do programa foi alcançada, qual seja, transferir renda para mais de onze milhões de famílias, mas a etapa mais importante é retirar de fato as pessoas de uma situação de pobreza e evitar a sua transmissão intergeracional. A segunda fase do programa, na visão de Francisco Menezes, deverá possibilitar que as famílias conquistem os anseios que, segundo os próprios beneficiários, são a garantia de emprego seguro para os responsáveis pelo sustento da casa e para os filhos e assegurar estudo para os últimos, no intuito de que estes não passem as mesmas dificuldades dos pais. Para assegurar a aproximação, segundo o que propõe o programa, desses desejos com a realidade dos beneficiários é preciso garantir a alfabetização dos adultos, deter a evasão escolar, melhorar o transporte público em locais mais afastados, melhorar as condições para aquisição de alimentos, educação alimentar, acelerar e aumentar a construção de cisternas na região do semi-árido, melhorar as condições sanitárias das moradias, enfim, são inúmeras as melhorias necessárias para quebrar o ciclo da pobreza, tanto do aspecto econômico quanto social, já que, como foi dito anteriormente, a pobreza não está ligada somente ao primeiro âmbito, mas também ao sentimento de pertencimento a uma sociedade que reconheça e acolha o indivíduo.⁷

A vinculação do acesso ao mercado de trabalho como uma “porta de saída” para a pobreza está presente na visão dos formuladores, em trabalhos acadêmicos e, como veremos a seguir, em boa parte das falas dos entrevistados. A possibilidade de conseguir trabalho estável, com registro, faria com que não necessitassem mais do auxílio do governo federal. De forma semelhante, podemos encontrar tanto no desenho do Programa como na visão dos entrevistados que estudar é uma das melhores formas para sair da situação de pobreza. Os sonhos dos pais, por exemplo, quase sempre estão ligados ao desejo de que os filhos completem seus estudos regulares e há também o anseio de que eles cheguem à Universidade ou cursos técnicos. Esse sonho vai ao encontro da possibilidade de quebra efetiva da pobreza e não transmissão da mesma para as gerações posteriores. Abaixo transcrevemos um trecho de uma das entrevistas realizadas no Centro de Apoio ao Trabalhador (CPAT), em que a beneficiária falava sobre os sonhos que tinha em relação aos filhos:

E para as suas filhas o que você gostaria que elas fossem?

Ah! Igual eu sempre converso com a minha filha, pra ela continuar estudando... (Entrevistada, 29 anos)

No trecho a seguir é possível notar que para a beneficiária os estudos dos filhos são importantes para a melhoria de toda a família, em que os últimos precisam estudar para conseguirem bons trabalhos e ajudar os pais:

Você deseja alguma coisa para o futuro deles?

Ah! Que eles estudem, que cheguem a fazer uma faculdade, ter um bom emprego, que possam me ajudar também, né? Eu falo para o meu mais velho, você tem que trabalhar agora pra poder comprar as coisas pra mim. (Entrevistada, 34 anos)

A partir da análise das percepções sobre o que é “portas de saída” presentes no desenho do Programa Bolsa Família, em alguns trabalhos acadêmicos e na visão dos beneficiários foi possível notar certas afinidades. Em grande parte pela visão de que a superação da pobreza e da vulnerabilidade não dizem respeito somente ao aspecto econômico, na transferência monetária direta de renda, mas também passa por mecanismos de pertencimento social mais amplos, como acesso estável ao mercado de trabalho, no direito à saúde, educação, entre outros.

Estratégias de obtenção de emprego e renda por parte dos entrevistados

Antes de tratar das formas de obtenção de emprego e renda por parte dos beneficiários, é importante considerar que as discussões sobre as políticas de transferência de renda, especialmente no continente europeu, ganharam impulso a partir das décadas de 80 e 90 como forma de enfrentar os problemas do desemprego estrutural. Os debates em torno do enfrentamento do desemprego e da pobreza, ou da “nova pobreza” gerada pelos processos de reestruturação produtiva, passam a levar em conta a desvinculação entre trabalho e renda. As propostas de políticas de renda básica de cidadania ou de renda mínima (Vanderborgh & Van Parijs, 2006) assentam-se fundamentalmente nesta desvinculação. Sobre este aspecto, torna-se importante considerar que as relações de trabalho não devem ser consideradas somente a partir da dimensão econômica, isto é, como um meio específico dos indivíduos obterem rendimento para a sua manutenção e reprodução. Vários autores já salientaram (Gorz, 2003) (Castel, 1998) (Sennett, 1999) que para além de uma relação técnica de produção, o trabalho pode ser visto também como um meio fundamental de inserção do indivíduo na sociedade. Robert Castel, um seguidor de Émile Durkheim em vários aspectos, demonstrou que vivemos num mundo que produz um progressivo déficit de lugares sociais. Este autor considera que as sociedades atuais colocam um número grande de indivíduos na chamada zona de desfiliação social. São, portanto, pessoas que pelo fato de terem relações instáveis com o trabalho sentem-se perigosamente desconectadas da sociedade, ou, em suas próprias palavras, desfiliações (Castel, 1998). As políticas de transferência de renda, nesse sentido, poderiam contribuir para minorar esta desfiliação social.

Passemos agora para a relação dos beneficiários com o mercado de trabalho. Um primeiro aspecto digno de nota é o grande temor por parte dos entrevistados de terem seu benefício cancelado, sobretudo se a pessoa estiver desempregada. Ao mesmo tempo, o ingresso no PBF produz um vínculo com o Estado, a partir das condicionalidades, que faz com que o dinheiro do Bolsa Família seja visto como um dinheiro garantido no final de cada mês. Algo que é difícil de ter quando se mantém uma relação instável com o mercado de

trabalho, por exemplo, em serviços esporádicos ou autônomos. Vejamos como isto aparece no trecho de uma entrevista transcrita abaixo:

Eu tenho medo agora é dessa saída dele [presidente Lula] o Programa acabar, igual, tem muita gente que está na mesma situação que eu, , desempregada, sem carteira assinada. Se você seguir o Programa direitinho, levando a criança pra pesar é um dinheiro garantido, que nem a faxina não é um dinheiro garantido. Igual eu falei, antes eu fazia faxina quatro vezes por semana, agora eu faço duas só, então não é um dinheiro garantido, mas eu sei que se eu seguir o Programa no final do mês o dinheiro vai estar lá. (Entrevistada, 29 anos)

Grande parte dos entrevistados afirmou que não haveria problemas em abrir mão do benefício caso consiga um emprego estável. Foi possível perceber, diferentemente do que se nota no senso comum, que os beneficiários do PBF não estão “acomodados” com a sua situação e buscam alternativas para melhorar de vida, muitas através do ingresso no mercado de trabalho. Apesar dos indivíduos buscarem emprego para sair da situação de dificuldade financeira, pudemos notar certo cálculo que visa estabelecer se o ingresso no trabalho compensaria a recusa do benefício. Isto porque entrar ou sair do Programa não é algo tão simples. Se a família ultrapassa a linha de corte estabelecida, renda per capita de R\$ 140,00, o responsável pelo benefício deve informar esse fato e será retirado do Programa. Caso fique desempregado, e tenha queda no rendimento familiar, deve se cadastrar novamente. Como se vê, esse processo muitas vezes consome muito tempo.

A análise das entrevistas indicou que o desejo de ascensão profissional está conjugado com o desejo de estudar, o qual criaria oportunidades para conseguir trabalhos melhores. Porém, a situação do momento pode gerar alguns empecilhos para o alcance desse desejo. Um exemplo da dificuldade que a pobreza acarreta àqueles que anseiam estudar no intuito de melhorar de vida através do trabalho, pode ser notada no trecho de uma entrevista transcrita abaixo:

E: Agora, eu “tava” falando aqui pra ela, eu consegui um curso ali na Cetrocamp, de computação, mas eu não tenho dinheiro pra comprar a passagem eles também não fornecem o vale transporte, entendeu?(Entrevistada, 29 anos)

É possível notar, na fala da entrevistada, que as dificuldades encontradas por ela para estudar estão intimamente ligadas à sua situação de vulnerabilidade socioeconômica, que como afirma Kowarick (Kowarick, 2009) diz respeito também a falta de acesso aos direitos básicos, no caso o direito de ir e vir, que é comprometido pelo fato da entrevistada não ter dinheiro suficiente para a passagem de ônibus. Além disso, há uma impossibilidade de muitas mães de trabalhar ou estudar pelo fato de não terem onde deixar os filhos pequenos. Para

exemplificar essa questão transcrevemos abaixo o trecho de uma entrevista em que a beneficiária relatava que o marido não a deixava trabalhar porque não tinha quem cuidasse dos filhos:

Você disse que seu marido não te deixa trabalhar, por quê?

Ele fala que é para eu me dedicar somente mais às crianças, né. Muito porque eu não tenho com quem deixar, a minha mãe não tem muita paciência, por mais que ela fale que os netos dela são a vida dela, ela não tem muita paciência. Daí pra deixar assim com estranho... também não tem como, né. (Entrevistada, 34 anos)

No trecho seguinte percebemos a importância do benefício no momento de vida da entrevistada, que não trabalha para poder cuidar dos filhos.

E se não tivesse o Bolsa Família como você acha que ficaria?

Ah... passaria um apuro em, é que o dinheiro é para os filhos, não está apertado, mas vai indo. Porque se eles não fossem todos pequeninhos até eu poderia arrumar um serviço, mas hoje assim não tem como, quem vai olhar eles? Eu faço unha assim que me chamam e eu poço ir até vou, mas não tenho como largar eles sozinhos. (Entrevistada, 23 anos)

Em seguida é apresentado mais um trecho de uma entrevista em que o desejo de completar os estudos, para buscar o trabalho almejado aparece como fator determinante:

Você gostaria de continuar a estudar, o seu marido também, ou não?

Eu tinha vontade de voltar a estudar, porque eu queria arrumar o serviço de cobrador, mas tá muito difícil... porque assim eu fiz a ficha, montei o currículo e mandei a ficha, aí eles falaram que assim que tivesse precisando ia chamar pra fazer o teste... daí ia ter que passar no teste pra trabalhar... (Entrevistada, 44 anos)

Abaixo nota-se a exigência do próprio mercado de trabalho em relação aos estudos, a beneficiária alega que para conseguir trabalho se exige estudo:

E a senhora gostaria do que? Fazer o colegial?

Completar pelo menos o colegial. Completar o primeiro, segundo e terceiro e pelo menos acabar porque trabalho hoje está exigindo isso (Entrevistada, 49 anos)

Ao longo das conversas realizadas no CPAT com os beneficiários ficou claro que o dinheiro recebido pelo programa auxilia na manutenção dos gastos enquanto os indivíduos estão desempregados ou impossibilitados de trabalhar por algum motivo. Dessa forma, os entrevistados alegaram que o PBF em alguns momentos é a única fonte de renda da família:

E o seu marido o que faz?

Ele trabalha de ajudante geral e ajudante de caminhão. Ele não tem assim experiência de motorista, mas se ele arrumasse um serviço pra trabalhar como motorista. A pessoa tem que te uma oportunidade, toda empresa tem que dar uma oportunidade, um voto de confiança na gente. Ele já trabalhou em ferro velho, de comprar sucata dos outro. Por enquanto está eu e ele desempregados, só com o Bolsa Família.(Entrevistada, 51 anos)

A análise das entrevistas realizadas sugere que a forma como as famílias beneficiadas buscam acessar o mercado de trabalho e aquisição de renda está intimamente associada aos estudos, de pais e filhos, como foi possível perceber nos trechos transcritos acima. Os pais desejam estudar para dar melhores condições de vida aos seus filhos. Desejam também que os filhos estudem para conseguirem trabalhos bem remunerados. Constatou-se também que o PBF constitui-se como apoio importante nos momentos mais difíceis em que as famílias se encontram, como por exemplo, quando os filhos são pequenos e as mães necessitam trabalhar somente no próprio lar, pois não encontram oportunidade de deixá-los com outras pessoas responsáveis.

É necessário retomar, após as observações feitas acima, que a pobreza não está atrelada somente ao aspecto econômico, que o trabalho e os estudos são fatores vistos como importantes para sair da situação de vulnerabilidade e que o PBF influencia na forma como os beneficiários estão se relacionando com o mercado de trabalho para obtenção de renda. Os pais anseiam em estudar para ter uma vida e futuro melhor para si e para os filhos, porém, encontram empecilhos financeiros e estruturais, ou seja, no momento em que buscam estudar se vêem impedidos pela falta de dinheiro em pagar cursos ou até mesmo transporte para chegar aos locais em que são oferecidos cursos gratuitos; as mães ficam impedidas de trabalharem por não haver creches suficientes para deixarem seus filhos .

Assim, e retomando uma questão fundamental deste texto: o PBF está permitindo às pessoas saírem da pobreza?

Essa questão não é fácil de ser respondida. Para Anete Ivo (Ivo, 2008) deve-se destacar a relação com o mercado de trabalho como forma de superar a situação de pobreza. Desta maneira, é preciso que os beneficiários tenham a possibilidade de se qualificar para conseguir empregos mais bem remunerados e negar trabalhos que os coloquem em situação degradante. Ou, no caso dos filhos dos beneficiários, uma vez tendo ampliado seu capital humano por meio do acesso aos serviços de educação e saúde, teriam maiores possibilidades de ingressar no mercado de trabalho e gerar renda. A existência das condicionalidades com o propósito de promover melhor inserção das pessoas no mercado de trabalho pode, no entanto, ser criticada num plano ideológico, já que os resultados deste incremento do chamado capital humano no limite se traduziriam em ganhos de produtividade e no reforço da ética do trabalho

e da acumulação da riqueza em nossa sociedade. Como observou Ana Fonseca (Fonseca, 2009), há uma espécie de paradoxo na idéia de Capital Humano, uma vez que esta noção tem uma forte vinculação ideológica com a própria reprodução do Capital que, como nos ensinou Marx (Marx, 1985 [1867], pp. 280-283) há mais de um século, é intrinsecamente desumanizador.

De acordo com o relatório do Ibase (Ibase, 2008), podemos perceber que garantir alimentação para as famílias mais vulneráveis à pobreza tem uma relação intrínseca com o trabalho. Dessa forma é possível perceber mais uma vez que o trabalho não tem relevância somente no aspecto econômico, mas também com a dignidade e autonomia dos indivíduos. O relatório ainda apontou, no que tange ao mercado de trabalho que há, de fato, uma necessidade em investimentos na qualificação profissional da população mais pobre, porém, notou-se também que mesmo que essa população se aprimore o mercado de trabalho não será capaz de absorver esse contingente de profissionais. Portanto são necessárias a garantia de estudo e especialização, mas também a abertura de novas vagas no mercado de trabalho. Quanto à essa geração de empregos, os grupos analisados afirmaram que é importante haver uma mobilização de todos os setores da sociedade, não apenas do Estado.

Comentários Finais

As questões que nortearam a pesquisa giraram em torno de analisar se o Programa Bolsa Família criou de fato condições para que as famílias beneficiadas saíssem da pobreza, se a participação no Programa possibilitou às pessoas condições de negar trabalhos mal remunerados, se os beneficiários puderam ampliar sua inserção como cidadãos e quais foram as estratégias familiares para a geração de renda além da participação no Programa.

Os resultados obtidos até o momento permitem afirmar que o trabalho é visto por muitas pessoas como algo que possibilita manter o sustento da família tornando, ao olhar da sociedade, os indivíduos mais cidadãos e participantes da vida social. Nesse sentido foi possível notar que no momento em que as pessoas estão desempregadas, o PBF auxilia nessa manutenção do sustento familiar, porém, não anula o desejo de buscar empregos bem remunerados, já que o trabalho é visto como algo que dignifica o homem.

Quanto às estratégias para obtenção de emprego e renda foi possível notar que ainda é necessário a atuação de políticas públicas mais eficazes no sentido de gerar mais trabalho, permitir acesso à educação e, sobretudo, construir creches para que as mães possam deixar seus filhos enquanto trabalham.

De acordo com a pesquisa foi possível notar que o Programa busca a saída das famílias da pobreza em duas etapas. Num primeiro momento, as famílias saíam da situação de pobreza imediata para, num segundo momento, se emanciparem do Programa, e assim não

dependerem mais do benefício. A primeira intenção do Programa Bolsa Família está em andamento e alcançou o número de famílias inicialmente programado⁸. A segunda etapa precisa ser aprimorada, como já dito anteriormente, através da conjugação de várias políticas públicas.

Notas

¹ Professor de Antropologia e pesquisador da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC – Campinas)

² Aluna da Faculdade de Ciências Sociais da PUC–Campinas e bolsista do Programa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq.

³ Gostaríamos de agradecer aos funcionários do CPAT, de forma especial sua coordenadora, Gisleide Abreu, pelo apoio dado durante todo o desenvolvimento da pesquisa

⁴ A família monoparental é um agrupamento de pessoas mantidas por relações de afinidade e/ou parentesco em que filhos vivem apenas com um dos ascendentes (pai ou mãe, por exemplo) em razão de viuvez, separação ou outra circunstância. Já a família conjugal agrupa pessoas, mantidas por relações de afinidade e/ou parentesco, em que um casal vive com filhos.

⁵ As condicionalidades do PBF são: *manutenção dos filhos em idade escolar na escola; frequência regular de crianças de 0 a 6 anos de idade aos postos de saúde, com a manutenção do cartão de vacinas atualizado; frequência de mulheres gestantes aos exames de rotina; retorno de adultos analfabetos à escola, devendo todas as famílias participarem de ações de educação alimentar que devem ser oferecidas pelo governo.*” (Silva, Yasbek, & Di Giovanni, 2007, pp. 138-139)

⁶ Entendemos Políticas Públicas como formas de relacionamento entre o Estado e a sociedade expressos a partir de ações de governo que, tendo em vista seus propósitos e plataformas eleitoriais, produzem resultados ou mudanças na realidade. Embora não seja um entendimento consensual (Santos, 1987), políticas sociais são tradicionalmente entendidas como políticas públicas direcionadas a certas áreas, tais como políticas de gestão de serviços sociais, como saúde e educação, segurança pública, ações direcionadas aos grupos minoritários ou historicamente excluídos, tais como pobres, negros, mulheres, entre outros. De acordo com Celina Souza, o que diferencia os estudos de uma ou de outra é: *“enquanto estudos em políticas públicas concentram-se no processo e em responder questões como „por que” e „como”, os estudos em políticas sociais tomam o processo apenas como „pano de fundo” e se concentram nas conseqüências da política, ou seja, o que a política faz ou fez”* (Souza, 2007, p. 71)

⁷ Sobre trabalhos que também tratam da questão da pobreza para além da dimensão econômica, consultar, entre outros, (Sarti, 2007) e (Douglas & Isherwood, 2004 [1978]).

⁸ De acordo com informações encontradas no sítio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) *“Em janeiro de 2011, o Bolsa Família atingirá a meta de atender 100% das famílias pobres e extremamente pobres, estimadas pelo IBGE (Censo de 2000) – 12,9 milhões de famílias com renda mensal per capita inferior a R\$ 140”* (Caldo & Garcia, 2010)

Referências Bibliográficas:

CALDO, R., & Garcia, R. Bolsa Família atinge 100% das famílias com direito ao benefício. **Sala de Imprensa**. Brasília, 30 de dez. 2010. Disponível em:
<<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2010/dezembro/bolsa-familia-atinge-100-das-familias-com-direito-ao-beneficio>> Acesso em: 3 de jan. de 2011

CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

COHN, A. Políticas Sociais e Pobreza no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, n. 12, pp. 1-17, jun/dez 1995.

DOUGLAS, M., & ISHERWOOD, B. **O Mundo dos Bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004 [1978].

FONSECA, A. M. **Transferencias condicionadas, estrategias de combate al hambre y la desnutricion en America Latina y el Caribe**. Santiago: FAO, 2009.

GORZ, A. **Metamorfoses do Trabalho: Crítica da Razão Econômica**. São Paulo: Annablume, 2003.

IBASE. **Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional: relatório síntese**. Rio de Janeiro, junho de 2008. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2011.

IVO, A. B. Políticas sociais, pobreza e trabalho:dilemas do bem-estar em países do capitalismo periférico. **Análise & Dados**. Bahia, v. 17 , pp. 1121-1133, 2008.

KOWARICK, L. **Viver em Risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

MENEZES, F. Portas de saída do Bolsa Família - Chico Menezes . **Presidência da República**. Brasília, 27 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/artigo/portas-de-saida-do-bolsa-familia-chico-menezes>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Brasília, s.d. Disponível em : <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 22 dez. 2010.

SANTOS, W. G. A trágica condição da Política Social. In: ABRANCHES, S. H., SANTOS, W. G, & COIMBRA, M. A. **Política Social e Combate à Pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

SARTI, C. A. **A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2007.

SENNETT, R. **A Corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, M. O., YASBEK, M. C., & Di GIOVANNI, G. **A Política Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, C.. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, G., ARRETCHE, M. & MARQUES, E. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

VAN DERBORGHT, Y., & VAN PARIJS, P. **Renda Básica de Cidadania**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.